

Papel e Valor do Ensino da Geografia e de sua Pesquisa

Pierre Monbeig

É um defeito comum a longas gerações de professores arvorarem-se em advogados intransigentes das disciplinas por eles ensinadas. O pedante que se crê um profeta e que não passa, talvez, dum vendedor de tapetes, afirma com grandiloquência nada existir de mais belo, mais nobre e mais útil do que a sua própria ciência. Será necessário acrescentar mais uma figura ao bando dos mestres de dança ou de filosofia do "Bourgeois Gentilhomme"? Não, sem dúvida, pois os geógrafos não reclamam um lugar de exceção ou de vã superioridade quando procuram tornar mais conhecida a geografia moderna. Verificam simplesmente a diferença que separa a geografia tal como é ensinada freqüentemente, da que ele desejaría que fosse. Admiram-se desta situação, cujas causas procuram. Ser-se-ia tentado a tornar mais conhecido o que é a ciência geográfica em meados do século XX, a explicar sua atuação e seu valor no ensino, a contribuição que poderá trazer a pesquisa geográfica à coletividade.

Concordamos todos que se a maior parte do público culto tem uma idéia mais ou menos exata do que é a biologia, a geologia, a economia ou a sociologia, o mesmo público não acompanha o progresso das ciências geográficas, quando não ignora sua existência. Para uns a geografia é confundida com narrativas de viajantes; um geógrafo é um explorador; das viagens contos agradáveis de ouvir-se, sobretudo se tem a habilidade de ilustrá-las de belas imagens. Para outros, talvez os mais numerosos, a geografia é uma lembran-

ça extremamente penosa de sua infância. Seu nome evoca listas indigestas de nomes de lugares ou dados numéricos, lições atrozes que sómente os mais inteligentes e os mais obstinados de nossos condiscípulos chegavam a recitar razoavelmente. Os espíritos brilhantes, ao contrário, mostravam-se rebeldes. E ficamos satisfeitos quando nossos filhos recebem uma nota má porque não souberam de cor a lista das ações da Central do Brasil entre Rio e São Paulo, ou as altitudes exatas dos vulcões andinos; a fraqueza em geografia é uma espécie de teste de inteligência!

Portanto, na melhor das hipóteses, a geografia é tida como a irmã intelectual do turismo. Na pior das hipóteses, a geografia é uma tortura gratuita imposta às crianças e pergunta-se como séres sensatos puderam tornar-se geógrafos! Se são corretos êsses dois nodos de ver, é claro que a geografia é inútil, quando não perigosa; é um absurdo ensiná-la, mais ainda praticá-la, e torna-se urgente fechar também os departamentos de geografia das Faculdades de Filosofia e instituições como o Conselho Nacional de Geografia.

A menos que consigamos mostrar que a geografia contribui para o enriquecimento das mentes jovens e a sua formação. A menos também que possamos provar a sua utilidade num mundo onde toda e qualquer ciência é também uma técnica, onde toda pesquisa leva a dar um instrumento útil à coletividade. É mister, portanto, procurar qual o valor da geografia no ensino e como moderno instrumento de trabalho.

Comecemos por determinar a posição exata da geografia moderna diante do lugar quase exclusivo que atualmente se dá à memória no ensino. Geógrafo algum deixará de condenar esta pseudo geografia. Todavia, convém lembrar que a verdadeira pedagogia não deixa de recorrer às funções da memória. Estas só se desenvolvem na medida em que passaram por um treino inteligente, no que a memória não se distingue de qualquer outra atividade psicológico ou física. Também não se trata de oposição sistemática a qualquer ensino de memória, mas de oposição radical ao ensino exclusivo de memória e que pretende mobiliá-la com um trabalho inutil. Nada se pode aprender sem esforço de memória e sem a aquisição de uma nomenclatura por mínimos que sejam. O exercício de matemática pressupõe o conhecimento de certas fórmulas e, nesta aprendizagem, memória e inteligência foram ambas treinadas e desenvolvidas. O conhecimento da literatura exige que o aluno retenha não sómente nomes de autores e de obras, mas dados cronológicos sem os quais seria total a confusão. Da mesma forma que não se podem ter conhecimentos históricos sem o conhecimento de sólida bagagem de datas e de fatos, não se poderia ser bom conhecimento geográfico sem uma base de nomenclatura. Seria apenas um ponto de partida, mas indispensável. Por fim, conservando-nos nas preocupações utilitárias, não esqueçamos que a vida corrente requer de cada um de nós esse conhecimento mínimo de nomenclatura geográfica, que é, para a ciência geográfica o que a tábua da multiplicação e para a matemática: nomes de cidades, de rios, de montanhas, de produtos nacionais e estrangeiros, aquisições de nossa memória infantil de tal modo integrada em nós mesmos, que já nem nos lembramos de quando as adquirimos.

Por consequência, um bom ensino de geografia, como qualquer outro ensino, não pode deixar de recorrer à memória. É necessário reduzir sem medo à massa de nomes insípidos e de poreniores sem valor; é necessário, sobretudo, reduzi-la a proporções mais justas. Impõe-se uma escolha ao professor, a quem cabe a difícil tarefa de exercitar a memória com inteligência. De imediato ergue-se diante de nós o problema do preparo do professor de geografia, ao qual teremos de voltar. Mas, mesmo reconhecendo até que ponto a maior parte dos professores de geografia foi pouco ou mal preparada para o seu trabalho, ainda causa espécie que educadores, e mesmo simplesmente homens normais dotados de bom senso, se mostrem tão obstinados em transformar a geografia em instrumento de tortura para crianças. Qual a fonte desse êrro fundamental que faz condicionar ensino da geografia com ensino memorizado?

Há o desconhecimento total da geografia e a convicção de boa fé, mas errônea, que um nome, um dado, são "fatos geográficos" e que, a partir deles se elabora a ciência geográfica. Ora, a geografia não é uma ciência de fatos isolados simples, passíveis de serem conhecidos por si e em si. Neste mesmo êrro incorrem os que acreditam ensinar uma história científica porque ensinam "fatos" históricos, acontecimentos e datas. Para melhor me tornar compreendido permitam-me usar a palavra irônica dum historiador da Idade Média, Marc Bloch, que, tomando como exemplo a queda dum grande ministério da III República Francesa, o ministério Jules Ferry, parte para a pesquisa do fato histórico preciso, concernente a este evento político.

Qual o fato e a que momento se passou? Surgem tôdas as possibilidades: o momento em que o presidente da Câmara de Deputados proclama a resul-

tado do escrutínio fatal? O momento exato (pois um historiador "científico" deve fazer empenho em ser exato) no qual um deputado, desconhecido, seja dito de passagem, depositou na urna o voto que fêz pender para um lado o prato da balança parlamentar? Não seria preferível fazer referência à visita constitucional que o presidente do Conselho em minoria, fêz ao presidente da República para entregar-lhe a demissão ou mais precisamente, e ainda mais científicamente, no minuto em que o chefe de Estado aceitou a renúncia do seu ministro? Pode-se ainda exitar e, desejando-se precisão histórica e jurídica ao mesmo tempo poder-se-ia admitir que, historicamente, a queda do gabinete Ferry se situa no momento em que saiu das rotativas o número do jornal oficial da República Francesa, no qual estava impresso o texto oficial da demissão.

Desculpem-me esta digressão pouco séria pelo terreno dos historiadores. Mas a lição que Marc Bloch dela tirava era clara: o fato histórico não se reduz a uma simples data; o verdadeiro historiador não se esgotará numa investigação, de aspecto policial, nas apariências do fato, pois sabe que o interesse histórico não reside nas minúcias cronológicas mas na seqüência complexa das causas e das consequências da queda do ministério Ferry. O bom professor da história procurará tornar compreensível esta seqüência complexa constituída por múltiplos e pequenos fatos cronológicos, cuja reunião não constitui um fato histórico. Esta é diferente da cronologia.

Transfira-se o exemplo do historiador para o campo da geografia e chega-se às mesmas conclusões. É erro comum e persistente pretender tomar e ensinar fatos geográficos isolados e acomiados. Não é a altitude das Agulhas Negras que é um fato geográfico, mas o conjunto do maciço, constituído por certas categorias de rochas, situado em determinado conjunto orográfico, submetido a certas condições climáticas, que determinam certa distribuição de vegetação, originando certos modos de ocupação do solo pelo homem e tornando possíveis certos produtos. Se se quiser um exemplo de geografia humana podemos encontrar na estação D. Pedro II a Central do Brasil. A estação, em si, não é um fato geográfico, mas o movimento de trens, dos viajantes, das mercadorias, sua proveniência, seu destino, etc. também as consequências da presença dessa estação na paisagem do bairro da capital onde ela se encontra, o movimento da circulação urbana e seu ritmo cotidiano e sazonário, uma certa localização dos ramos de comércio ligados à estação da estrada de ferro, etc. Dizer-se que as Agulhas Negras têm X metros de altitude ou que a estação D. Pedro II está situada em tal rua do Rio de Janeiro, não satisfará o geógrafo, embora sejam duas afirmativas indispensáveis, mas que são apenas a sombra enganadora do fato geográfico. O geógrafo procurará o conjunto dos fenômenos como os enumerados acima, de maneira rápida, os laços que os unem e fazem dele um todo vivo.

(Continua no próximo número)

